

DOMINGO III DO TEMPO COMUM

CIC 51-64: o desígnio da Revelação de Deus

- 51 «Aprouve a Deus, na sua sabedoria e bondade, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina»¹.
- 52 Deus, que «habita numa luz inacessível» (1 Tm 6, 16), quer comunicar a sua própria vida divina aos homens que livremente criou, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adoptivos². Revelando-Se a Si mesmo, Deus quer tornar os homens capazes de Lhe responderem, de O conhecerem e de O amarem, muito para além de tudo o que seriam capazes por si próprios.
- 53 O desígnio divino da Revelação realiza-se, ao mesmo tempo, «por meio de acções e palavras, intrinsecamente relacionadas entre si»³ e esclarecendo-se mutuamente. Comporta uma particular «pedagogia divina»: Deus comunica-Se gradualmente ao homem e prepara-o, por etapas, para receber a Revelação sobrenatural que faz de Si próprio e que vai culminar na Pessoa e missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo.
Santo Ireneu de Lião fala várias vezes desta pedagogia divina, sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o homem: «O Verbo de Deus habitou no homem e fez-Se Filho do Homem, para acostumar o homem a apreender Deus e Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai»⁴.
- 54 «Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos homens um testemunho perene de Si mesmo nas coisas criadas, e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais»⁵. Convidou-os a uma comunhão íntima consigo, revestindo-os de uma graça e justiça resplandecentes.
- 55 Esta Revelação não foi interrompida pelo pecado dos nossos primeiros pais. Com efeito, Deus, «depois da sua queda, com a promessa de redenção, deu-lhes a esperança da salvação, e cuidou continuamente do género humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação»⁶.

¹ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 2: AAS 58 (1966) 818.

² Cf. *Ef* 1, 4-5.

³ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 2: AAS 58 (1966) 818.

⁴ SANTO IRENEU DE LIÃO, *Adversus haereses* III, 20, 2: SC 211, 392 (PG 7, 944); cf. por exemplo, *Ibid.* III 17, 1: SC 211, 330 (PG 7, 929); *Ibid.* IV, 12, 4: SC 100, 518 (PG 7, 1006); *Ibid.* IV 21, 3: SC 100, 684 (PG 7, 1046).

⁵ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 3: AAS 58 (1966) 818.

⁶ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 3: AAS 58 (1966) 818.

«E quando, por desobediência, perdeu a vossa amizade, não o abandonastes ao poder da morte [...] Repetidas vezes fizestes aliança com os homens⁷.

- 56** Desfeita a unidade do género humano pelo pecado, Deus procurou imediatamente salvar a humanidade intervindo com cada uma das suas partes. A aliança com Noé, a seguir ao dilúvio⁸, exprime o princípio da economia divina em relação às «nações», quer dizer, em relação aos homens reagrupados «por países e línguas, por famílias e nações» (*Gn* 10, 5)⁹.
- 57** Esta ordem, ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa, da pluralidade das nações¹⁰, destinava-se a limitar o orgulho duma humanidade decaída, que, unânime na sua perversidade¹¹, pretendia refazer por si mesma a própria unidade, à maneira de Babel¹². Mas, por causa do pecado¹³, quer o politeísmo quer a idolatria da nação e do seu chefe são uma contínua ameaça de perversão pagã a esta economia provisória.
- 58** A aliança com Noé permanece em vigor enquanto durar o tempo das nações¹⁴, até à proclamação universal do Evangelho. A Bíblia venera algumas grandes figuras das «nações», como «o justo Abel», o rei e sacerdote Melquisedec¹⁵, figura de Cristo¹⁶, ou os justos «Noé, Danel e Job» (*Ez* 14, 14). Deste modo, a Escritura exprime o alto grau de santidade que podem atingir os que vivem segundo a aliança de Noé, na expectativa de que Cristo «reúna, na unidade, todos os filhos de Deus dispersos» (*Jo* 11, 52).
- 59** Para reunir a humanidade dispersa, Deus escolhe Abrão, chamando-o para «deixar a sua terra, a sua família e a casa de seu pai» (*Gn* 12, 1), para o fazer Abraão, quer dizer, «pai de um grande número de nações» (*Gn* 17, 5): «Em ti serão abençoadas todas as nações da Terra» (*Gn* 12, 3)¹⁷.
- 60** O povo descendente de Abraão será o depositário da promessa feita aos patriarcas, o povo eleito¹⁸, chamado a preparar a reunião, um dia, de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja¹⁹. Será o tronco em que serão enxertados os pagãos tornados crentes²⁰.
- 61** Os patriarcas, os profetas e outras personagens do Antigo Testamento foram, e serão sempre, venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja.
- 62** Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo, salvando-o da escravidão do Egipto. Concluiu com ele a aliança do Sinai e deu-lhe, por Moisés, a

⁷ *Oração eucarística IV: Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, p. 538.

⁸ Cf. *Gn* 9, 9.

⁹ Cf. *Gn* 10, 20-31.

¹⁰ Cf. *Act* 17, 26-27.

¹¹ Cf. *Sb* 10, 5.

¹² Cf. *Gn* 11, 4-6.

¹³ Cf. *Rm* 1, 18-25.

¹⁴ Cf. *Lc* 21, 24.

¹⁵ Cf. *Gn* 14, 18.

¹⁶ Cf. *Heb* 7, 3.

¹⁷ Cf. *Gl* 3, 8.

¹⁸ Cf. *Rm* 11, 28.

¹⁹ Cf. *Jo* 11, 52; 10, 16.

²⁰ Cf. *Rm* 11, 17-18. 24.

sua Lei, para que Israel O reconhecesse e O servisse como único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e justo Juiz, e vivesse na expectativa do Salvador prometido²¹.

- 63** Israel é o povo sacerdotal de Deus²², sobre o qual «foi invocado o Nome do Senhor» (Dt 28, 10). É o povo daqueles «a quem Deus falou em primeiro lugar»²³, o povo dos «irmãos mais velhos» na fé de Abraão²⁴.
- 64** Pelos profetas, Deus forma o seu povo na esperança da salvação, na expectativa duma aliança nova e eterna, destinada a todos os homens²⁵, e que será gravada nos corações²⁶. Os profetas anunciam uma redenção radical do povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades²⁷, uma salvação que abrangerá todas as nações²⁸. Serão sobretudo os pobres e os humildes do Senhor²⁹ os portadores desta esperança. As mulheres santas como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester conservaram viva a esperança da salvação de Israel. Maria é a imagem puríssima desta esperança³⁰.

CIC 1427-1433: a conversão interior e constante

- 1427** Jesus chama à conversão. Tal apelo é parte essencial do anúncio do Reino: «O tempo chegou ao seu termo, o Reino de Deus está próximo; convertei-vos e acreditai na boa-nova» (Mc 1, 15). Na pregação da Igreja, este apelo dirige-se, em primeiro lugar, àqueles que ainda não conhecem Cristo e o seu Evangelho. Por isso, o Baptismo é o momento principal da primeira e fundamental conversão. É pela fé na boa-nova e pelo Baptismo³¹ que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da vida nova.
- 1428** Ora, o apelo de Cristo à conversão continua a fazer-se ouvir na vida dos cristãos. Esta *segunda conversão* é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que «contém pecadores no seu seio» e que é, «ao mesmo tempo, santa e necessitada de purificação, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e de renovação»³². Este esforço de conversão não é somente obra humana. É o movimento do «coração contrito»³³, atraído e movido pela graça³⁴ para responder ao amor misericordioso de Deus, que nos amou primeiro³⁵.

²¹ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Dei Verbum*, 3: AAS 58 (1966) 818.

²² Cf. *Ex* 19, 6.

²³ *Sexta-Feira da Paixão do Senhor, Oração universal VI: Missale Romanum*, editio typica, Typis Polyglottis Vaticanis 1975, p. 254 [a tradução oficial portuguesa omite este particular: *Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, p. 259.267].

²⁴ JOÃO PAULO II, *Discurso na sinagoga durante o encontro com a comunidade hebraica da cidade de Roma* (13 de Abril de 1986), 4: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, IX/1, 1027.

²⁵ Cf. *Is* 2, 2-4.

²⁶ Cf. *Jr* 31, 31-34; *Heb* 10, 16.

²⁷ Cf. *Ez* 36.

²⁸ Cf. *Is* 49, 5-6; 53, 11.

²⁹ Cf. *Sf* 2, 3.

³⁰ Cf. *Lc* 1, 38.

³¹ Cf. *Act* 2, 38.

³² II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 8: AAS 57 (1965) 12.

³³ Cf. *Sl* 51, 19.

³⁴ Cf. *Jo* 6, 44; 12, 32.

³⁵ Cf. *1 Jo* 4, 10.

1429 Testemunho disto mesmo é a conversão de Pedro, depois de três vezes ter negado o seu mestre. O olhar infinitamente misericordioso de Jesus provocou-lhe lágrimas de arrependimento³⁶ e, depois da ressurreição do Senhor, a tríplice afirmação do seu amor para com Ele³⁷. A segunda conversão tem, também, uma dimensão *comunitária*. Isto aparece no apelo dirigido pelo Senhor a uma Igreja inteira: «Arrepende-te!» (*Ap 2, 5-16*).

Santo Ambrósio diz das duas conversões que, na Igreja, «existem a água e as lágrimas: a água do Baptismo e as lágrimas da Penitência»³⁸.

1430 Como já acontecia com os profetas, o apelo de Jesus à conversão e à penitência não visa primariamente as obras exteriores, «o saco e a cinza», os jejuns e as mortificações, mas *a conversão do coração, a penitência interior*. Sem ela, as obras de penitência são estéreis e enganadoras; pelo contrário, a conversão interior impele à expressão dessa atitude em sinais visíveis, gestos e obras de penitência³⁹.

1431 A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um regresso, uma conversão a Deus de todo o nosso coração, uma rotura com o pecado, uma aversão ao mal, com repugnância pelas más acções que cometemos. Ao mesmo tempo, implica o desejo e o propósito de mudar de vida, com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda da sua graça. Esta conversão do coração é acompanhada por uma dor e uma tristeza salutares, a que os santos Padres chamaram *animi cruciatus* (aflição do espírito), *compunctio cordis* (compunção do coração)⁴⁰.

1432 O coração do homem é pesado e endurecido. É necessário que Deus dê ao homem um coração novo⁴¹. A conversão é, antes de mais, obra da graça de Deus, a qual faz com que os nossos corações se voltem para Ele: «Convertei-nos, Senhor, e seremos convertidos» (*Lm 5, 21*). Deus é quem nos dá a coragem de começar de novo. É ao descobrir a grandeza do amor de Deus que o nosso coração é abalado pelo horror e pelo peso do pecado, e começa a ter receio de ofender a Deus pelo pecado e de estar separado d'Ele. O coração humano converte-se, ao olhar para Aquele a quem os nossos pecados trespassaram⁴²:

«Tenhamos os olhos fixos no sangue de Cristo e compreendamos quanto Ele é precioso para o seu Pai, pois que, derramado para nossa salvação, proporcionou ao mundo inteiro a graça do arrependimento»⁴³.

1433 Depois da Páscoa, é o Espírito Santo que «confunde o mundo no tocante ao pecado», isto é, faz ver ao mundo o pecado de não ter acreditado n'Aquele que o Pai enviou⁴⁴. Mas este mesmo Espírito, que desmascara o pecado, é o

³⁶ Cf. *Lc 22, 61-62*.

³⁷ Cf. *Jo 21, 15-17*.

³⁸ SANTO AMBRÓSIO, *Epistula extra collectionem* 1 [41], 12: CSEL 82/3, 152 (PL 16, 1116).

³⁹ Cf. *Jl 2, 12-13; Is 1, 16-17; Mt 6, 1-8.16-18*.

⁴⁰ Cf. CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae*, c. 4: DS 1676-1678; Id., Sess. 14ª, *Canones de Paenitentiae*, can. 5: DS 1705; CatRom, 2, 5, 4, p. 289.

⁴¹ Cf. *Ez 36, 26-27*.

⁴² Cf. *Jo 19, 37; Zc 12, 10*.

⁴³ SÃO CLEMENTE DE ROMA, *Epistula ad Corinthios* 7, 4: SC 167, 110 (FUNK 1, 108).

⁴⁴ Cf. *Jo 16, 8-9*.

Consolador⁴⁵ que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão⁴⁶.

CIC 1886-1889: a conversão e a sociedade

1886 A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para atingir esse fim, tem de ser respeitada a justa hierarquia dos valores, que «subordina as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais»⁴⁷:

«A convivência humana [...] há-de considerar-se, antes de mais, como um facto de ordem principalmente espiritual: como comunicação de conhecimentos, à luz da verdade; exercício de direitos e cumprimento de deveres; incentivo e apelo aos bens do espírito; gozo comum do justo prazer da beleza em todas as suas expressões; permanente disposição para partilhar com os outros o melhor de si mesmo; aspiração a uma mútua e cada vez mais rica assimilação de valores espirituais. Todos estes valores vivificam e, ao mesmo tempo, orientam tudo o que diz respeito às doutrinas, às realidades económicas, à convivência cívica, aos movimentos e regimes políticos, à ordem jurídica e aos demais elementos exteriores através dos quais se articula e se exprime a convivência humana no seu incessante devir»⁴⁸.

1887 A inversão dos meios e dos fins⁴⁹, que chega a dar valor de fim último ao que não passa de meio para a ele chegar ou a considerar as pessoas como puros meios com vista a um fim, gera estruturas injustas que «tornam árduo e praticamente impossível um procedimento cristão, conforme com os mandamentos do divino legislador»⁵⁰.

1888 Deve-se, pois, apelar para as capacidades espirituais e morais da pessoa e para a exigência permanente da sua *conversão interior*, para se conseguirem mudanças sociais que estejam realmente ao seu serviço. A prioridade reconhecida à conversão do coração, não elimina de modo algum, antes impõe, a obrigação de introduzir nas instituições e nas condições de vida, quando induzem ao pecado, as correcções convenientes para que elas se conformem com as normas da justiça e favoreçam o bem, em vez de se lhe oporem⁵¹.

1889 Sem a ajuda da graça, os homens não seriam capazes de «descobrir o caminho, muitas vezes estreito, entre a cobardia que cede ao mal e a violência que, julgando combatê-lo, o agrava»⁵². É o caminho da caridade, ou seja, do amor de Deus e do próximo. A caridade constitui o maior mandamento social. Ela respeita o outro e os seus direitos, exige a prática da justiça, de que só ela nos torna capazes e inspira-nos uma vida de entrega: «Quem procurar preservar a vida, há-de perdê-la; quem a perder, há-de salvá-la» (*Lc* 17, 33).

⁴⁵ Cf. *Jo* 15, 26.

⁴⁶ Cf. *Act* 2, 36-38; JOÃO PAULO II, Enc. *Dominum et vivificantem*, 27-48: AAS 78 (1986) 837-868.

⁴⁷ JOÃO PAULO II, Enc. *Centesimus annus*, 36: AAS 83 (1991) 838.

⁴⁸ JOÃO XXIII, Enc. *Pacem in terris*, 36: AAS 55 (1963) 266.

⁴⁹ Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Centesimus annus*, 41: AAS 83 (1991) 844.

⁵⁰ Pio XII, *Mensagem radiofónica* (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 197.

⁵¹ Cf. II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 36: AAS 57 (1965) 42.

⁵² JOÃO PAULO II, Enc. *Centesimus annus*, 25: AAS 83 (1991) 823.